

# Em Tese

## REBOBINAR A CATÁSTROFE: SOBRE HERANÇAS E FERRAMENTAS

Rewinding the Catastrophe: On Legacies and Tools  
Rebobinando la Catástrofe: Sobre Legados y Herramientas

**Juliano Lima Schuartz**

Doutorando em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Porto Alegre–RS, Brasil  
[juschuartz@gmail.com](mailto:juschuartz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-2627-5446>



AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial:** desaprender o imperialismo. Traduzido por Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 272 pp.

**PALAVRAS-CHAVE:** História potencial. Heranças. Ferramentas.

**KEYWORDS:** Potential History. Legacies. Tools.

**PALABRAS CLAVE:** Historia potencial. Herencias. Herramientas.

## I

*História potencial* é o primeiro livro da autora, curadora de arte e teórica da fotografia Ariella Aïsha Azoulay traduzido no Brasil. Inicialmente, é preciso fazer uma ressalva em relação à edição traduzida e à edição original, publicada em 2019 pela editora britânica Verso. Na versão original, há sete capítulos; para a versão brasileira, foram traduzidos três deles, que correspondem, respectivamente, aos capítulos 1, 4 e 7. Não entrarei em especulações acerca da escolha editorial de manter os capítulos “mais teóricos” em detrimento dos “mais analíticos”, pois, na própria *nota da edição*, está indicado que se trata de uma tradução do plano conceitual do trabalho de Azoulay. Este exercício de resenha contemplará apenas os capítulos traduzidos.

“Este livro foi escrito como parte de minha recusa em ser ‘israelense’, a pensar como israelense, a me identificar como israelense, a ser reconhecida como israelense” (Azoulay, 2024, p. 11). Na introdução, é assumida uma escrita “desidentificada”: filha de pai argelino e mãe palestina, foi tornada israelense. Essa recusa em ser israelense “não exclui a potencialidade de ser uma judia palestina, ou mesmo uma judia argelina” (Azoulay, 2024, p. 11), tampouco abandona “as implicações herdadas dessa posição de agressora, a partir das quais e contra as quais este livro foi escrito” (Azoulay, 2024, p. 11). É manifesta uma preocupação cosmológica: o que está em jogo com a Faixa de Gaza, assim como esteve em jogo na modernidade e em sua estrutura preliminar (a escravidão), ou em sua suposta desestrutura via progresso técnico (o Holocausto), é a obliteração de mundos da vida e de formas de vida. Azoulay está empenhada em não se render à herança imperial a partir da linguagem neoliberal das universidades estadunidenses. Assim, o livro expressa a busca por um vocabulário onto-epistêmico que não justifique a violência, a pilhagem e a neutralidade.

## II

*Desaprender o imperialismo* dá título ao primeiro capítulo, uma contrapedagogia de leitura do texto moderno que no enredo recebe um primado técnico: o obturador. Esse primado técnico funciona como “sinédoque” (Azoulay, 2024, p. 19). Na câmera fotográfica, o obturador controla a luz e o intervalo de tempo, recortando a “parte” do “todo”, e reduzindo



a segunda à primeira. Essa figura de linguagem serve como força integrativa e reducionista da maquinaria imperial formada pelo roubo de artefatos, tráfico de pessoas e construção de museus, criando zonas de visibilidade: “O obturador da câmera não é uma metáfora para a operação do poder imperial, mas é uma materialização posterior de uma tecnologia imperial” (Azoulay, 2024, p. 23).

Azoulay desloca a origem da fotografia para 1492, marco da lógica imperial de visualidade e captura. A fotografia, como argumentam François Arago e Walter Benjamin, seria menos uma expressão artística e mais uma tecnologia de reprodução. Assim, as práticas de produção e apropriação de imagens que possibilitaram o advento da fotografia têm sua raiz no imperialismo: “quando a fotografia surgiu, ela não interrompeu esse processo de pilhagem que tornou os outros e seus mundos disponíveis para alguns, mas, ao contrário, acelerou-o” (Azoulay, 2024, p. 21).

Essas notas indicam como a autora comprehende o imperialismo. Trata-se de uma *maquinaria política* que integra, mas também separa artefatos, documentos e pessoas, isto é, capaz de organizar e governar o mundo (o campo fenomenológico). *Maquinaria epistemológica*, o imperialismo possui uma história de contínuo progressismo a caminho do novo, o novo foi justamente aquilo que animou a epopeia da invasão da América, o novo é um corte na diferença, a integração do outro no mesmo. Essa capacidade do imperialismo de organizar, tornou-se institucionalizada. Por fim, *maquinaria ontológica*, não há imperialismo sem investimentos atrozes contra a condição humana, o seu poder está na destituição ontológica de seres humanos, lançando-os no plano reificado de “objetos” privados de direitos.

Em nenhum momento do capítulo, mesmo diante da força do imperialismo, que constitui uma *ontologia política*, ele é total. Sua historicidade inclui também as histórias (antecipadas ou antepassadas) que resistem ao seu domínio. Em diversos momentos, a leitora se depara com um texto presencialista. A decisão da autora de adotar o nome de sua avó, Aïsha, nome que seu pai havia ocultado para se passar por francês e branco e apagar sua arabidade, revela um gesto político e memorial. Ao reivindicar esse nome, é inevitável estabelecer um paralelo com a leitura que Berber Bevernage (2020) faz da questão do luto em Jacques Derrida: em parte, o que resta a Ariella dos seus antepassados mortos, o que persiste no luto contra o esquecimento, é precisamente a preservação e a reivindicação de um nome.

Producir vínculos com os antepassados judeus argelinos é uma questão de ordem coletiva — e constitui o ponto crucial do primeiro capítulo. Nessas páginas, o texto transita



da constituição do imperialismo como ontologia política para a reflexão sobre sua herança irrevogável. O nome “impróprio” surge como um meio de coletivizar a desaprendizagem do imperialismo — um gesto que se materializa na figura de Aïsha. Esse esforço da autora remete à colocação de Denise Ferreira da Silva, que afirma: “Quanto tempo ainda será necessário para finalmente reconhecerem que as condições sob as quais reescrevem sua própria história não são propriamente suas” (Ferreira, 2022, p. 436).

Entre as heranças do imperialismo, ou entre suas condições estruturantes, está o conceito de “novo”. Talvez a crítica mais incisiva da autora às disciplinas acadêmicas resida justamente na forma como, guiadas pela sanha do novo, esse subproduto da pós-vida do imperialismo, opera como forma de interdição e não de abertura. O conceito de novo é inseparável do conceito moderno de progresso e soberania; temos a velha metáfora da flecha do tempo. Mas ao contrário dessa metáfora, que é irreversível, a história potencial crê na reversão.

Nas cenas críticas que Ariella mobiliza, está o problema das reparações diante de passados atrozes. Em muitos casos, o vocabulário utilizado nessas discussões é de cunho progressista, com expressões como “ir adiante” ou “planejar o futuro”, que inscrevem um progressismo temporal onde o futuro é o campo da promessa, e o passado do infortúnio. Contudo, esse vocabulário deixa incólume os problemas capitais da ontologia imperialista, que desde seu começo operou temporalmente de forma semelhante: investindo no futuro e destituindo/espoliando o passado. Essa crítica é estendida a museus e instituições arquivísticas, dado “que as instituições imperiais precedem seus usuários” (Azoulay, 2024, p. 67).

Entre as questões também está a “tecnologia do arquivo”, numa inspiração derridiana, contendo uma violência instauradora que compõe a taxidermia imperial. A constituição dos arquivos modernos não é dissociada da semântica da diferenciação, distinção, catalogação e preservação. Essa semântica coloca um imperativo de neutralidade: “O novo se entrelaça com o neutro, aquele que não é ‘nem um nem outro’ e por isso é reconhecido como sua própria fonte de autoridade” (Azoulay, 2022, p. 70).

“A história potencial é uma forma de estar com outros, vivos e mortos, através do tempo; contra a separação entre passado e presente, entre pessoas colonizadas e seus mundos e posses, entre história política” (Azoulay, 2024, p. 71). É preciso repensar a partilha do sensível promovida pelo imperialismo e a pretensa neutralidade conceitual sobreposta nos arquivos. O passado arquivado é sintoma dessa neutralidade; o passado da história potencial existe enquanto um “desarquivo” ou “contra-arquivo”. Esse ato é um



desengajamento da “temporalidade imperial” (Azoulay, 2024, p. 73), que funciona teleologicamente e reduz o futuro exclusivamente às figuras do progresso e do novo.

“O comando do tempo, do espaço e da diferença consolida a condição imperial, em que o desastre causado pelo regime político é a própria forma do regime político” (Azoulay, 2024, p. 82). Contra o compartimento promovido pelo imperialismo, por meio da gestão das terras, do governo do tempo, do controle da língua, da criação de direitos supostamente universais e de entidades pretensamente descorporizadas, é preciso defender o compartilhamento do mundo comum. Ao final do capítulo, minha impressão de leitura sobre a dimensão cosmológica se confirma, dado que as origens da cidadania moderna fazem parte do “empreendimento imperial da pilhagem dos mundos de outros” (Azoulay, 2024, p. 85).

Contudo, Azoulay não descrê do papel dos direitos; são eles que possibilitam a produção de um mundo compartilhado. Contrariamente ao discurso dos Direitos Humanos, que “são abstraídos de séculos de injustiça imperial” (Azoulay, 2024, p. 86), ela propõe outras práticas de produção de mundo, como as de refugiados e ex-escravizados. O que Azoulay parece salientar é o papel desses relatos e práticas como repertórios políticos na reformulação de direitos e efetivação da justiça. Esse gesto de compartilhar e re-partilhar, assume “a promessa de dizer *não* ao progresso” (Azoulay, 2024, p. 88, grifo da autora).

Retomando: se parte do vocabulário das reparações assume o futuro como o tempo da promessa, Azoulay propõe o tempo “da reversão, da rebobinagem, da reparação” (Azoulay 2024, p. 88). Rebobinar é um processo de lidar com as heranças imperiais — tanto por parte das vítimas quanto dos agressores (descendentes), tornados concidadãos. Jogar contra o imperialismo com suas próprias peças e regras é o caminho que Ariella comprehende, mas do qual se desvia, por se tratar do caminho da anulação de mundos. A questão que a leitora retém e à qual recua consiste em como lidar com as condições herdadas sem sucumbir às suas regras e ao seu vocabulário onto-epistêmico. Essa discussão onto-epistêmica antecede a reformulação das possibilidades de construir mundos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Parte dessas discussões me faz recordar o livro mais recente do antropólogo granadino David Scott, *Irreparable Evil: An Essay in Moral and Reparatory History*. Especialmente quando Scott busca definir o processo intergeracional da escravidão como uma atividade de devastação de mundos-da-vida e formas de vida. Trata-se de uma obliteração constante na modernidade, que também produziu um “vazio conceitual” ou uma “perda de conceitos”, conceitos que davam sentido às formas de vida e aos mundos-da-vida obliterados.

*História potencial: Sem as ferramentas do senhor, sem ferramenta nenhuma:* o segundo capítulo recita o célebre texto de Audre Lorde e apresenta uma aula sofisticada sobre questões do campo historiográfico. Faz parte da própria constituição da disciplina histórica sua origem imperial, responsável por arquitetar o imaginário dos Estados-nação. Seu empenho em mutilar o passado do presente e projetar o futuro como uma prática pretensamente neutra e distanciada; seu fetiche por tornar o homem a sobre-representação mais acabada da modernidade. A matriz disciplinar da história é aquilo que a história potencial deseja “pulverizar” (Azoulay, 2024, p. 93). Essa afirmação clama por reinserção: se historicizar é, em si, um gesto imperial, é preciso reinserir no campo fenomenológico e na gramática as potencialidades reprimidas, tornando-as presentes. Potencialidades anteriores ao processo imperial, o ato de rebobinar consiste em presentificar essa anterioridade, esse “pré” ou esse “além” do obturador. É nesse gesto que o “anterior” se encontra com o “antepassado”: não há história potencial sem o compartilhamento entre concidadãos.

“O 1492 da Argélia é 1830, para a Palestina é 1948 e para Honduras é 1524” (Azoulay, 2024, p. 100). Nesse trecho, percebe-se que o imperialismo, como ontologia política, diz mais respeito ao presente do que ao passado. Mas como se eclode com o imperialismo quando “A operação das ferramentas imperiais é irredutível a epistemologias; as ferramentas criam ontologias, sobre cuja base as epistemologias são construídas” (Azoulay, 2024, p. 107)? O segundo capítulo ensaia uma resposta para essas indagações. Em diálogo com Lorde, Ariella segue uma ontologia política não imperial que tem o presente como cena. Mas não se trata do pêndulo benjaminiano, de escrever uma história do ponto de vista dos oprimidos ou dos “outros” da história. A aposta do texto está em encarar o imperialismo “em seus ossos” (Azoulay, 2024, p. 110). E é justamente nas discussões sobre reparações que os ossos imperiais saem do subterrâneo, quando grupos mobilizados e as lutas sociais têm a oportunidade de disputar o tempo e compartilhar o mundo.

Em vários tópicos, a autora aprofunda questões do capítulo anterior, a começar pelo imperialismo como produtor do campo fenomenológico da economia de circulação de sentidos, que se manifesta no jogo da casa-grande e das ferramentas do senhor. Podemos nos inspirar em Ludwig Wittgenstein e tomar essa cena como um dos jogos de linguagem centrais do imperialismo. A questão pragmática das ferramentas está no “como” e “quando” utilizá-las. A casa-grande organizou o *oikos colonial*. Entre a casa-grande e a *plantation*,



existiam outros espaços produzidos pelos escravizados, como os quilombos, onde práticas foram criadas e outras formas de vida e modos de habitar foram inseridas no mundo. Práticas que ficaram de fora da pilhagem imperial, lutando contra a semântica do progresso.

A discussão sobre as ferramentas circunscreve um elemento que já está posicionado, nesta altura do livro: a relação entre história e política. É essa relação que Ariella prioriza ao discutir, entre outras questões, alguns textos de Hannah Arendt, como *Origens do totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém*. A presença de Arendt no texto oferece uma ideia de tradição como um mundo compartilhado; portanto, as ferramentas para desmontar a casa-grande precisam estar amparadas em outras tradições não imperiais. O potencial dessas tradições reside na criação de vocabulários ontoepistêmicos, capazes de posicionar seus próprios jogos de linguagem — como ocorreu na Revolução Haitiana ou no clássico relato de W. E. B. Du Bois sobre a greve geral, no livro *Black Reconstruction*, que Ariella lê por meio de fotografias de época, interpretando a imagem como uma forma de desfigurar a ontologia imperial que enquadrou e figurou aquelas pessoas.

É necessário “desestatizar” a escrita da história, arrancando-a da ontologia imperial que funciona em retrospecto, para uma escrita intervencionista e colaborativa (em concidadania). Ariella discute dois historiadores afro-caribenhos para aprofundar esse movimento: Michel Rolph-Trouillot e C.L.R. James. Não se trata de buscar histórias silenciadas ou alternativas, “mas de livrar o passado de sua ‘condição de passado’” (Azoulay, 2024, p. 174), de desalienar o passado do tempo histórico, de pensar a prática de modo interativo. Mas a autora não alivia a crítica para o dueto antilhano, o regime arquivístico utilizado pelos historiadores faz parte da biblioteca imperial, incorrendo no risco entre análise e fetiche, pois o impensável de Trouillot é o potencial de Ariella. Todo esse conjunto de elementos retorna para a questão das ferramentas, que figura a discussão sobre conceitos que formaram o tecido social da modernidade, propondo outros conceitos como *desastre causado pelo regime* e *corpo político diferencial*. A autora encontra na fotografia uma forma de contar o impossível e produzir um arquivo alternativo à tese derridiana mediada pela tríade “o lugar, a lei e os guardiões” (Azoulay, 2024, p. 200).

#### IV

*Reparo, reparações, retorno: A condição da mundanidade* encerra os capítulos traduzidos. Ariella reconhece que a escravização de africanos e a atual condição dos palestinos como refugiados são diferentes, contudo, ambas são elaboradas pela ruptura



instaurada pela ideia do novo por meio da lógica do obturador. Entretanto, sua atenção se concentra sobretudo no passado da escravidão, que se torna um ponto-limite para as discussões sobre possíveis “imagens de justiça” (FORST, 2018). O pretérito da escravidão, entendido aqui — em minha leitura — como uma questão cosmológica, está implicado em quem pôde e quem pode participar do mundo, cujos espectros acossam o presente.

Para a autora, é justamente na discussão sobre as possibilidades de reparação que as agências de reversão ganham destaque. Outra questão filiada à espectralidade desse passado consiste na discussão sobre as heranças como consequência da violência racial (Azoulay, 2024). O caminho óbvio na elaboração dessa herança consiste em: 1. Vítimas se reconhecerem com os ancestrais; e 2. Descendentes de agressores denegam a herança, mas aceitam os privilégios. São estruturas comuns herdadas (Azoulay, 2024), irredutíveis umas às outras. A questão que sintetiza essa conversa é: “Acima de tudo, quando poderão aqueles quase sem mundo se sentir em casa?” (Azoulay, 2014, p. 213). O tema das reparações pode impor uma interdição ao progressismo político herdeiro da ontologia imperial, fornecendo uma cisão que possibilita rebobinar o tempo, retornar.

Ariella está ciente de que parte das discussões sobre reparações surgiu no contexto das reivindicações dos Direitos Humanos, quando o vocabulário liberal passou a ditar os “jogos de linguagem” da situação, desradicalizando demandas como a liberdade radical ou a emancipação social. Contudo, seu investimento é outro: consiste em retomar a discussão sobre reparações para retornar, e não para “continuar”, recuperando a possibilidade de um mundo compartilhado e não, necessariamente, uma perspectiva paliativa e monetária sobre as atrocidades históricas que devem ficar arquivadas para que o futuro aconteça. Amparando-se em Saidiya Hartman, falar de reparação é articular a luta por liberdade. Para surpresa da leitora, para discutir esse conjunto de questões, a autora se volta para o ato político mais radical da historiografia, qual seja: escrever a história em concidadania contra suas heranças.

É preciso saber desaprender os tentáculos imperiais do letramento arquivístico. O arquivo é um ativo da violência imperial, a violência já está inscrita nas vítimas antes mesmo da abertura dos arquivos por pesquisadores/a: o arquivo preserva essa violência instituinte produzida pela cadeia documental. Ariella mobiliza um conjunto de imagens da escravidão estadunidense para elaborar essa desaprendizagem, é preciso rachar as imagens para reposicionar o arquivo. Rachar consiste em pensar aquelas pessoas representadas no arquivo como pessoas que tiveram uma vida antes da chancela do arquivo e seus guardiões institucionais, um desarquivamento do passado mediante a reposição política da



imaginação histórica amparada nas lutas por reparação. Fornecer para as imagens dos arquivos um planejamento de fuga. Um planejamento que precisa abandonar ou desativar três elos do imperialismo: “tempo, espaço e corpo político” (Azoulay, 2024, p. 230), compondo uma forma de história alternativa à história do imperialismo (que precisa ser desativada).

Quando Ariella posiciona as narrativas de reparação como agências reivindicativas de reversão da história, é nítido que, assim como o luto, o trabalho da reparação é incessante — um trabalho sobre o impagável. Mas essa conotação melancólica não é um convite à anestesia; ela está na base da própria potência das lutas por reparação. Existe um princípio de ingovernabilidade nessas reivindicações. A lógica do governo funciona progressivamente, por exemplo, na anistia — o perdão institucionalizado — que favorece os agressores. O passado-presente das lutas por reparações mundanas é o tempo ingovernável. Além disso, textos e manifestos por reparações também devem ser encarados e lidos como um tipo de “gênero histórico” (Azoulay, 2024, p. 242), que atua contra a tecnologia da história e sua reprodução da violência. Narrativas de reparação fornecem um imperativo do cuidado e do mundo compartilhado.

São relatos e lutas que resistem à reificação da tecnologia da história: “As reivindicações de reparações não são uma contra-história, mas são *contra a história*” (Azoulay, 2024, p. 243, grifo da autora). Para Ariella, caminhar contra a história é insistir na fuga do tempo histórico, como insistem os palestinos, que despossuídos da sua terral natal, lutam pelo retorno e se mantém firmes frente à contínua reificação da condição humana. Só há condição humana porque somos capazes de herdar e também é preciso saber abdicar das heranças, Azoulay aposta na participação material e existencial das pessoas num mundo compartilhado. Mas os descendentes de agressores precisam compreender seus direitos e “estender a mão aqueles que mantiveram essa opção aberta para eles: os descendentes das vítimas” (Azoulay, 2024, p. 246).

Irrevogavelmente, essa discussão leva a autora e a leitora a se confrontarem com um conceito trágico por excelência: o perdão. No entanto, o perdão, tal como é mobilizado aqui, não corresponde a um acordo de paz, tampouco ao esquecimento; trata-se, antes, de um ato relacional capaz de reimprimir a própria esfera política. Mais do que isso, o trabalho do perdão se debruça exatamente sobre aquilo que é imperdoável. Como afirma Azoulay, “é somente tornando os crimes para sempre imperdoáveis que o mundo voltará a ser habitável” (Azoulay, 2024, p. 248). O perdão, portanto, não pertence à ordem do amor, da benevolência ou da amizade. Ele se constitui como uma outra forma — radical e trágica —



de habitar a pluralidade, de sustentar a vida em comum num mundo devastado pelo desastre do regime imperial, onde os vínculos herdados foram liados pela violência.

Nesse sentido, o imperdoável, entendido não como um obstáculo, mas como suplemento do perdão, opera uma fissura nas lógicas (re)conciliatórias do progressismo imperial. Ele recusa a temporalidade do esquecimento, da anistia e da reparação calculável, para abrir um campo ético em que a tarefa de viver juntos não depende da negação dos danos. Pelo contrário, ela exige o reconhecimento de que as atrocidades do passado são, sim, imperdoáveis, e que seus crimes são irreparáveis. Contudo, essa ética não está a serviço de uma memória ressentida. Trata-se de uma ética do cuidado, da responsabilidade e do mundo compartilhado, em que o imperdoável se transforma, paradoxalmente, na condição de possibilidade para uma política que não mais reproduza as violências do regime.

“Exigir reparações é manter os obturadores abertos” (Azoulay 2024, p. 260). Recuperar a matriz técnica da formulação da autora é um bom passo para o fechamento deste exercício de resenha. Azoulay escreve tanto sobre um “letramento arquivístico” quanto sobre um “letramento do imperdoável”, é intervindo nos (fazendo greve contra seu regime) arquivos que se torna possível mensurar, minimamente, o trabalho do perdão. Se o arquivo é composto por uma “arché”, muitas das vidas arquivadas têm sua “origem” na devastação. O arquivo da escravidão é o guardião e sintoma dessa devastação; as pessoas representadas são destituídas de qualquer ontologia social. Por fim, o arquivo, como guardião, é uma espécie de polícia imperial (apropriando-me do termo de Jacques Rancière), que congela as imagens, reduz as vidas e recorta os espaços registrados num tempo serial. Escrever a história com os obturadores abertos, por outro lado, é assumir um compromisso político de descongelamento, desfiguração e sabotagem da polícia arquivística, restituindo uma possibilidade mundana de viver no presente e se relacionar (tomar posição sobre) com o passado.

## REFERÊNCIAS

AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.



Em Tese, Florianópolis, v. 22, p. 01-11, 2025. Universidade Federal de Santa Catarina.

1806-5023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2025.e108292>

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**: Tempo e justiça. Vitória, Editora Milfontes: 2020.

FORST, Rainer. **Justificação e crítica**: Perspectivas de uma teoria crítica da política. São Paulo: Unesp, 2018.

SCOTT, David. **Irreparable Evil**: An Essay in Moral and Reparatory History. New York: Columbia University Press, 2024.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus** - Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro. Editora Cobogó, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Fósforo, 2022.

